

# Famílias vão poder escolher entre escolas públicas e privadas

● **Nuno Crato** garante que medida não terá impacto no orçamento nem reforço de verbas para colégios

● **Novo estatuto** do ensino particular entra em vigor, "gradualmente", a partir do próximo ano letivo

Alexandra Inácio  
alexandra.inacio@jn.pt

Uma família que resida numa rua com uma secundária e um colégio, com contrato simples, pode optar em qual das duas quer o seu filho. É esse o desejo do Governo apesar de não prever reforço de verbas.

O novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo foi ontem aprovado em Conselho de Ministros. Um dos objetivos centrais, explicou o ministro Nuno Crato, é o de dar maior liberdade de escolha às famílias. A opção poderá ser feita, a partir do próximo ano letivo, entre escolas públicas e colégios com contratos simples. O ministro garante, no entanto, que a dotação para os colégios não será reforçada nem a despesa pública agravada.

"Este ano letivo não há apoios adicionais", frisou o secretário de Estado da Administração Escolar. Mas, a intenção do Governo, sublinharam tanto Casanova de Almeida como Nuno Crato, é a de aplicar o



ANTÓNIO GOMES / SUDENSHOV / GLOBE PHOTOS

Novo estatuto deverá avançar "através de experiências-piloto", explica tutela

novo Estatuto "gradualmente", possivelmente "através de experiências-piloto", sempre "ajustado às possibilidades reais do país".

"O que nos anima é a possibilidade de se começar a preparar a possibilidade de se avançar" para um aumento de contratos simples, reagiu o diretor-executivo da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Co-

## POSIÇÕES // LADOS OPOSTOS

**"A escola pública fica defendida. Ficarà garantida maior liberdade de escolha pelas famílias e maior concorrência entre o sistema. Vai ser um caminho calmo".**

**Nuno Crato**  
Ministro da Educação

**"Parece haver a intenção de se privilegiar alguém. Não faz sentido anunciar esta medida no atual contexto de crise. Até porque não vai garantir a sobrevivência do ensino privado".**

**Rui Martins**  
Presidente CNIPE

perativo. Rodrigo Queiroz e Melo estima que este ano letivo cerca de 22 mil alunos, num universo de 150 mil, tenham sido apoiados através de contratos simples. Sendo que o número de colégios com este tipo de contrato não deve atingir os 10%. A AEEP defende que este regime não deve ser entendido como um apoio social mas antes "uma modalidade de escolha".

Já a Federação Nacional de Professores (Fenprof) acusa o Governo de ter anunciado o golpe fatal às escolas públicas. Para Mário Nogueira o novo Estatuto concretiza a intenção de mercantilização da Educação.

O ensino "é tratado como um negócio e como qualquer produto de mercado a qualidade compra-se". Ou seja, defendeu ao JN, o Governo está a transformar as escolas públicas "numa marca branca". A Federação tem mesmo dúvidas sobre a constitucionalidade da medida e já pondera pedir aos partidos que solicitem a fiscalização do diploma no Tribunal Constitucional.

Dirigentes das duas confederações de pais também têm dúvidas sobre a eficácia ou concretização da medida. ●

## OUTROS DADOS

# 188

### milhões para colégios

Foi a dotação atribuída este ano para contratos de associação e simples, garantiu ontem Nuno Crato, sublinhando que em 2010 a verba foi de 360 milhões. Em 2014 deve haver novo corte de 5%.

### Apoio dado por capitação

O contrato simples é atribuído consoante a capitação do agregado familiar. As verbas são fixadas por portaria com base no financiamento por aluno no ensino público e os rendimentos das famílias.

### Informação obrigatória

O ministro pretende que a liberdade de escolha seja exercida por maior informação. As escolas terão obrigatoriamente de divulgar os seus projetos pedagógicos, resultados escolares e avaliação externa às famílias.



**SOCIEDADE //**

GOVERNO APROVOU P.B

**Famílias vão poder  
optar entre ensino  
público ou privado**